

Mudanças políticas na Amazônia: o PT e as administrações municipais

*Simão Pedro Chiovetti**

Resumo:

Os objetivos deste texto são examinar os processos que permitiram o surgimento e o crescimento do Partido dos Trabalhadores em um ambiente predominantemente rural, como é o caso do Estado de Rondônia, e levantar algumas questões surgidas a partir da análise da experiência deste partido em administrações municipais naquela região. Espera-se estar contribuindo para tornar conhecida uma das facetas da vida social brasileira.

Neste artigo pretendo abordar, inicialmente, o processo no qual surge e se desenvolve o Partido dos Trabalhadores em um ambiente predominantemente rural e muito distante dos grandes centros urbanos, os mais conhecidos e estudados locais de origem deste partido. Em seguida, apresentarei algumas questões formuladas a partir da análise da experiência do PT em prefeituras daquela região. Espero com isto estar contribuindo para o conhecimento de aspectos importantes da vida política brasileira.

O Estado subordinado aos interesses do capital

Com o golpe de 64, o Estado passa a ser governado pelo regime de uma ditadura militar. A partir daí, ao custo de um endividamento externo gigantesco e do empobrecimento da maioria da população trabalhadora, a ditadura passou a colocar em prática a sua idéia de transformar o Brasil numa "potência", dando início a um grande número de obras faraônicas, com o intuito de dar aporte à expansão capitalista em nosso país.

Em um curto espaço de tempo, as políticas e projetos implementados pelo Estado naquele regime, mudam completamente o perfil da sociedade brasileira: nos anos 60, 75%

* Formado em Filosofia, é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP e membro do Neils.

da população vivia no campo e 25% nas cidades. Nos anos 80 esse quadro já havia se invertido. Expandiram-se os grandes centros urbanos, principalmente na região sudeste, acarretando uma série de problemas decorrentes desse tipo de processo.

Octávio Ianni observa como “a sucessão e a multiplicidade de planos, programas e projetos governamentais, consubstanciados no sistema federal de planejamento, transformam-se em poderosa força produtiva complementar. Ou seja, por intermédio do sistema federal de planejamento, a ditadura conseguiu fazer com que se desenvolvessem forças produtivas, as relações de produção e, em consequência, a reprodução do capital” (Ianni, 1981:43).

1. Ariovaldo Umbelino de Oliveira já desvendou, apoiado em uma série de documentos oficiais, as verdadeiras “intenções desenvolvimentistas dos militares com relação à Amazônia: permitir aos grupos econômicos nacionais e internacionais o acesso às riquezas naturais da região”. Realizaram isso, segundo Oliveira, através de uma falsa bandeira “nacionalista”, cujo lema era “integrar (a região amazônica) para não entregar (aos estrangeiros)”. (Oliveira, 1991:29-34).

Um desses programas foi o da expansão da fronteira agrícola para o Norte, planejado e implementado durante a década de 70 e início da de 80, com o lançamento do PIN — Programa de Integração Nacional, dentro de uma estratégia de integração da região amazônica ao resto do país, tendo por trás a ideologia da “segurança com desenvolvimento”. O programa pretendia assentar colonos em lotes de 100 hectares em duas rodovias em construção: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém¹. Um dos objetivos era também o de “aliviar” as tensões sociais no Nordeste, que, na década de 60, por causa de sua estrutura fundiária muito concentrada, pressionava constantemente pela realização da reforma agrária².

Vários fatores contribuíram para o fracasso do programa e levaram o governo a mudar de estratégia para ocupar a região, agora, não mais através de pequenos proprietários, mas de médias e grandes empresas capitalistas. Conforme estudo de Luis Basségio e Francinete Perdigão, entre estes fatores “destacam-se a exigência de uma capacitação empresarial, o que eliminou boa parcela das famílias nordestinas; a propaganda governamental que levou a migração numerosa a ocupar áreas impróprias; o surgimento de conflitos e o fato de o Incra não ter estrutura suficiente para atendê-los nas diversas áreas do projeto, como educação, saúde, assistência técnica, crédito, comercialização. Isso ocasionou uma nova migração em busca de melhores alternativas” (Bassegio, 1992:75). Assim, “se colocou à disposição dos latifundiários, fazendeiros e empresários, do Centro-Sul, que para lá se dirigiram, toda sorte de estímulos e favores fiscais e de crédito, políticos e econômicos, para a formação e crescimento das fazendas, latifúndios e empresas agropecuárias, de extrativismo, mineradoras e madeireiras” (Ianni, 1979:90).

2. “Levar os homens sem terra do nordeste para as terras sem homens da Amazônia”. Esta frase, atribuída ao General Médici por ocasião do lançamento do PIN, tornou-se célebre.

O programa de colonização do Estado de Rondônia, levado a cabo sob a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária — Incra,³ foi implementado com recursos do Banco Mundial, através de um programa denominado Polonoroeste, cuja principal obra foi a construção e pavimentação da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, seguindo em direção ao Acre. Essa obra facilitou o trabalho das madeireiras, que se instalaram ao longo da rodovia, de extrair predatoriamente o principal recurso daquele Estado. Paralelamente, foi incentivada a migração de centenas de milhares de famílias, principalmente dos Estados do Sul/Sudeste, através de diversos subprojetos de colonização, com a promessa de obterem um pedaço de terra para trabalhar e viver, mas cujo objetivo verdadeiro era o de deslocar mão-de-obra para aqueles projetos agrominerais e agropecuários.⁴ Amélia Luiza Damiani, em sua tese de doutorado na USP, comentando sobre esse período, escreve que “o pavor malthusiano que o crescimento das cidades representa, invade o discurso das autoridades. Era preciso integrar, por meios não políticos, essa massa crescente, senão na economia, no país, sem ferir a sagrada propriedade privada da terra, no campo ou na cidade” (Damiani, 1993:75). Os fatores determinantes desse deslocamento foram também a crescente concentração de terra, acentuada após 64 e a substituição do tradicional sistema de produção, baseado na pequena propriedade familiar, pelas grandes propriedades mecanizadas, com produção intensiva de itens para exportação, expulsando as famílias do campo em direção às cidades.

Surgimento e crescimento do PT

A partir de meados da década de 70, com a base econômica do “milagre brasileiro” minada pela alta do petróleo, o regime ditatorial passou a viver uma crise de relacionamento com importantes setores sociais, evidenciada na vitória da “oposição” nas eleições de 74. Isso obriga o regime a implementar um processo de “abertura”, com a implementação de algumas reformas políticas. Vários fatores contribuíram para isso: o regime sentiu que a tática de aglutinar toda a oposição num único partido havia se tornado perigosa; a sociedade civil passa a ter uma articulação cada vez mais crescente, através da ação dos sindicatos e associações como OAB, ABI, etc.; a atuação contestatória da igreja progressista; a modificação da conjuntura internacional. Um papel destacado coube ao “novo sindicalismo” evidenciado nas greves dos metalúrgicos do ABC, no final da década de 70. E parte principalmente das lideranças dessa categoria, com a reforma

3. O Incra foi criado em 1970, com a fusão de outros órgãos e, no caso de Rondônia, iniciou a atuação a partir de 1971.

4. Segundo dados do Incra, entraram 29 mil famílias em Rondônia até 1976 (Ministério do Interior, 1977: 3-7). Entre os anos 80 e 87, chegaram ao Estado 677.899 migrantes (Lopes, 1989:23-25). Vale lembrar que esse incentivo à migração em massa se dá, não exatamente no momento do “milagre”, quando o crescimento econômico sugeria, mas sim quando este já “fazia água”, no momento da crise. Distribuir terras era parte da resposta à ebulição social, cada vez mais crescente.

partidária, a idéia da criação de um partido dos trabalhadores (Gadotti, 1989:20-21).

O PT surge no cenário político brasileiro como uma novidade, reunindo parte da intelectualidade de esquerda, a maioria do movimento sindical combativo, setores da igreja progressista e vários grupos políticos de esquerda. Surge com um forte componente ideológico anticapitalista, colocando o socialismo como uma vocação possível, mas rejeitando o dogmatismo das experiências comunistas tradicionais, contra o populismo conservador e afirmando o princípio da democracia interna e do respeito às diferenças. Margareth Keck, analisando as circunstâncias e os dilemas da formação desse partido, vê o mesmo como uma "anomalia". Ela destaca o lado conservador da transição democrática, bem como o comportamento das principais forças de oposição, marcado pela cautela, evitando qualquer ruptura decisiva. Nesse sentido o PT aparece como "ator não convidado", que se vincula a um "segundo Brasil" onde organizações cada vez mais representativas exigem relações cada vez mais institucionalizadas, em oposição a um "primeiro Brasil", onde a política se limita às interações pessoais entre as elites. Para Keck, o PT introduziu a "lógica da diferença" ao lançar-se como partido e ao inventar o "bom senso" segundo o qual os trabalhadores devem se fazer representar sem tutelas. Foi essa condição "marginal" que deu ao PT a possibilidade de se lançar como alternativa de poder nas eleições que disputou (Keck, 1991).

O movimento de construção do PT em Rondônia, começa no ano de 1980 e vai do interior para a capital do Estado. Surge a partir de um pequeno núcleo de companheiros que se reúnem para discutir a idéia. Esse grupo faz contato com lideranças em São Paulo. E ele é simultâneo a outros dois movimentos: a organização de sindicatos de trabalhadores rurais, a partir da ação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) que, por sua vez e para se consolidar, se valiam da ação da Igreja Católica, de proliferação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).⁵

O primeiro sindicato de trabalhadores rurais organizado foi na cidade de Pimenta Bueno, na margem da BR-364, em outubro de 1980. E também foi nessa cidade que primeiramente o PT se organizou. Depois foi a vez da capital, Porto Velho,⁶ seguida, nos anos seguintes, de municípios como Colorado D'Oeste, Ouro Preto D'Oeste e Jarú. O movimento era este: a partir do trabalho de organização dos migrantes em comunidades de base, feito pelos agentes da Igreja Católica, fundava-se o sindicato dos trabalhadores

5. Posteriormente, com a fundação da CUT, há um "racha" entre esta e a Contag, que não participou de sua fundação.

6. Em Porto Velho, os militantes do PT atuavam na organização de associações de moradores nos bairros periféricos.

rurais na cidade. E, paralelamente, ia se fazendo o recrutamento daquelas lideranças mais destacadas e “politizadas” para o ingresso no PT.

Os militantes do partido naquele Estado fazem questão de destacar que, em Rondônia, o PT surge também a partir de um processo de lutas: “a própria migração é um processo de lutas. E não só pela sobrevivência, mas para se conseguir a terra. Nesse Estado havia vários conflitos pela posse da terra. Em 1980, por exemplo, foi assassinado Agenor de Carvalho, advogado da Contag, por causa da luta pela terra, urbana e rural” (Silveira, 1996).

Nas regiões onde a posse da terra era provisória, precária — mais ao sul do Estado, por exemplo, Colorado D’Oeste, onde hoje se situam também os municípios de Cabixi, Corumbiara e Cerejeiras — a grande reivindicação dos sindicatos era pela titulação, para que a partir daí, os trabalhadores pudessem fazer investimentos, financiamentos, obter créditos, etc. E nos lugares como Ouro Preto, Jarú, onde os camponeses já tinham as terras tituladas, a luta dos sindicatos se dava em cima do preço da produção, das condições de vida, de saúde, de educação, pela abertura de estradas, por assistência técnica. Inúmeras mobilizações se fizeram nesse sentido. São demandas que persistem até hoje.

Os sindicatos urbanos de Rondônia, como o dos bancários, o dos trabalhadores da construção civil, o dos vigilantes, dos urbanitários, dos professores, entre outros, surgem num momento posterior, a partir da ação de militantes do (já existente) PT nessas categorias.

A Igreja Católica teve uma influência decisiva na formação do PT e de suas lideranças em Rondônia. Aqui, a Igreja se divide em 3 dioceses: Porto Velho, Guajará-Mirim e Ji-Paraná. As duas últimas assumiram claramente uma linha progressista em sua ação pastoral, ou seja, a Teologia da Libertação. Mas foi na diocese de Ji-Paraná que, por causa da região geográfica sob sua responsabilidade, ou seja, onde se situam a maioria dos municípios a beira da BR-364 e que receberam na década de 80 o grande influxo de migrantes, o trabalho político teve mais consequência. No final da década de 70, o trabalho pastoral, com ênfase na formação de leigos, foi iniciado pelos missionários combonianos, que vieram da diocese de S. Mateus, no Espírito Santo, famosa pela sua linha de engajamento social. Este trabalho se intensificou com a criação da diocese e a chegada do bispo d. Antonio Possamai, no ano de 83, vindo de Santa Catarina. A diocese passa a redigir subsídios de reflexão para a “formação” do povo migrante, organizá-lo em

comunidades de base, na área urbana e principalmente na área rural⁷ e a formar lideranças. “Nessa época, a Igreja era a única instituição com capacidade de chegar nos fundões das linhas para dar acolhida, assistência e organização aos migrantes. A preocupação da Igreja, em todas as paróquias, não era a construção de templos, mas a de centros de formação, cujos objetivos não eram somente o de trabalhar um conteúdo catequético, bíblico, mas principalmente conteúdos como a organização popular nos movimentos populares e sindical. A organização de associações de produtores para ajuda mútua e a organização de vários movimentos de reivindicação de estradas e de melhorias no atendimento à saúde surgem nesse processo” (Possamai, 1996). Posteriormente foi criada, na diocese, a “pastoral político-partidária”, com o objetivo de organizar cursos, com currículos elaborados, e criar subsídios para a ação das comunidades, principalmente em períodos eleitorais.

A pregação da Igreja “identificava-se” com as idéias do PT, o que era visto, na época, como “natural” por setores da mesma (Galetta, 1986:22), ao ponto de alguns padres se filiarem ao partido, como no município de Ouro Preto D’Oeste e Presidente Médici. Nas eleições de 82, 86 e 88, “praticamente todos os candidatos lançados pelo PT na região, são oriundos das comunidades de base” (Silveira, 1996).

Os dados sobre o desempenho do PT no Estado de Rondônia ilustram o trabalho feito pela diocese de Ji-Paraná. Nas eleições de 82, o PT elegeu apenas 2 vereadores, uma vereadora no município de Ouro Preto e outro em Cacoal.⁸ Em 86, nas eleições para deputado estadual e federal e governador, o PT elegeu dois deputados estaduais, ambos com bases no interior. Em 88, o PT elegeu cerca de 28 vereadores (25 no interior) e disputou várias prefeituras, ficando em 2º lugar em municípios como Jarú, Ouro Preto e Cerejeiras. Em 92, o PT consegue eleger 3 prefeitos, em Jarú, Ouro Preto e Nova Brasilândia, todos dentro da diocese de Ji-Paraná. Os dois deputados estaduais eleitos em 90 e 94 também são procedentes dessa região, embora contassem, na época, com uma base social mais diversificada.

Segundo o diretório estadual do PT em Rondônia, foi neste Estado que se registrou o maior crescimento do partido no período, levando-se em consideração o número de eleitos proporcionalmente ao número de municípios e de eleitores (Silveira, 1996).

7. Só no município de Jarú, em 1988, constatei a existência de 150 CEBs: 8 na área urbana e as demais na área rural.

8. O PT foi o único partido, além do MDB e Arena, a lançar e eleger candidatos nas eleições de 1982 em Rondônia.

Rondônia: da ilusão à realidade

O massacre dos trabalhadores sem-terra no ano de 1995, no município de Corumbiara, sul de Rondônia, sintetiza de forma trágica os resultados do projeto de colonização naquela região do país.

Ao final da década de 70 e até meados da década de 80 se dirigiram para Rondônia centenas de milhares de famílias, vindas principalmente dos Estados do Sul, atraídas pela propaganda oficial. “É o homem sem terra que chega todos os dias para os lados do oeste amazônico, a procura de um pedaço de chão para trabalhar e viver. O lavrador pobre, vindo principalmente do sul, onde o progresso valorizou cada metro de terra. Sem chances de, um dia, comprar alguns alqueires para si, este homem lança-se à aventura da colonização da Amazônia. Parte em busca de ‘terras de graça’ de que ouve falar. Leva muitos filhos e nenhum dinheiro. Os mais afortunados conseguem um lote do Incra, que só começarão a pagar quando suas terras estiverem produzindo. Mas nem todos têm sorte” (Sanches, 1977). Segundo dados do Ministério do Interior, até 1976, 29 mil famílias haviam entrado em Rondônia. Destas, somente 13 mil tinham sido assentadas. E, segundo Lopes, “dos 677.899 migrantes que entraram em Rondônia, entre os anos 80 e 87, 63% eram lavradores em busca de terras. Desses, apenas 57% conseguiram lotes” (Lopes, 1989:23). O trabalho de assentar as famílias, feito pelo Incra, era lento, o que levava os próprios migrantes a abrirem linhas e picadas e fazer demarcações por conta própria.⁹

Apesar da “doação” de lotes por parte do Incra, continuaram predominando no Estado de Rondônia os grandes latifúndios. De um total de 54.497 propriedades cadastradas pelo órgão, em 1985, que ocupavam 13.330.735 ha de terra, 34% das terras estavam divididas entre 51.947 propriedades. As restantes 66% estavam ocupados por 2.550 propriedades (Lopes, 1989: 23). Há suspeitas de que “as melhores áreas foram ocupadas pelos latifúndios, antes, inclusive, do incentivo à migração” (Pereira, 1997).

Vários projetos de colonização foram implantados pelo Incra. O primeiro deles foi o Projeto de Colonização Integrada — PIC de Ouro Preto, em 1970, com área de 512.585 hectares e que recebeu 5 mil colonos. Deste projeto, emergiram, ao longo da BR-364, cidades como Ouro Preto D’Oeste, Ji-Paraná e Presidente Médici. O PIC Sidney Girão foi iniciado em 1972, no município de Guajará-Mirim, próximo à fronteira com a Bolívia, numa área de 60 mil hectares, onde foram assentadas 600 famílias. O PIC Ji-Paraná, implantado em 1974, ao longo da BR-364, envolveu uma área de 486 mil hectares para 5 mil famílias, onde hoje se localizam os

9. Questão importante decorrente da expansão da colonização em Rondônia está relacionada às nações indígenas, que vêm seus territórios invadidos por colonos, com ou sem o apoio do Incra, gerando conflitos. Muitas vezes é o próprio órgão que implanta projetos em territórios indígenas, redefinidos agora dentro do conceito capitalista de “reservas” e “parques”.

municípios de Presidente Médici, Cacoal, Rolim de Moura e Pimenta Bueno. O PIC Pe. Adolpho Rohl, com 407 mil hectares, em 1975, no município de Jarú, que assentou 3.500 famílias. O PIC Paulo Assis Ribeiro, no município de Colorado D'Oeste, ao sul do Estado, divisa com Mato Grosso, também foi iniciado em 1974, com a expectativa de receber 3.500 famílias.

Além desses, vários outros Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamento (PA) e Projetos de Assentamento Rápido (PAR), ao longo da BR-364 ou em outras regiões, que também receberam milhares de migrantes e fizeram emergir vários municípios.

Colonização não é reforma agrária e "entre estas duas formas de assentamentos existem muitas diferenças, quando não oposição" (Bergamasco, 1996:42). A última pressupõe várias outras políticas, como uma política agrícola, o que não aconteceu em Rondônia. Por isso, não demorou muito para que os novos colonos começassem a se deparar com graves problemas.

10. Aqui se destacam dois grandes problemas: o primeiro é a forma inadequada de ocupação da terra, " pois o solo da Amazônia tem características diferentes da Região Sul/Sudeste" (Pereira, 1997); o segundo, muito mais grave, resulta de uma política que, efetivamente, levou os migrantes a Rondônia para "amansar a terra, desmatar, desbravar, para depois haver uma reconcentração por parte dos latifundiários" (Silveira, 1996).

A maior parte das terras de Rondônia, tem uma vida útil fértil de no máximo 3 anos, por causa das derrubadas e queimadas que os colonos são incentivados a realizar. Além disso, a ausência de apoio técnico e incentivos, aliada ao baixo preço dos produtos, leva muitos a abandonarem ou venderem seus lotes.¹⁰

A alta incidência de doenças tropicais, especialmente a malária, atinge e mata muito em Rondônia. Os municípios são despreparados para atender essa demanda. As verbas que chegam são desviadas.

A crise da economia brasileira dos anos 80, aliada ao mal gerenciamento das finanças do Estado e à corrupção, causam grande impacto na economia de Rondônia, gerando desânimo na população trabalhadora.

Finalmente, as denúncias de grupos nacionais e internacionais sobre as queimadas e o desmatamento, fizeram o Estado recuar mais ainda na questão do apoio aos pequenos produtores.

Paralelamente à essa problemática e agindo em sentido contrário à ação do Estado, novos atores vão surgindo no seio da sociedade local, e atuando no sentido da tomada de consciência, da organização e da mobilização dos trabalhadores. Foi o caso da Igreja Católica, dos sindicatos, das associações de produtores, dos funcionários públicos, dos movimentos populares. Estes se encontram no PT e dão ao mesmo as condições de se fortalecer naquelas cidades e, posteriormente, vencer eleições locais.

O PT nas prefeituras e a participação no governo do Estado

Muitas mudanças ocorreram na vida do PT de Rondônia, a partir do momento em que o partido conquista o governo de algumas prefeituras nas eleições de 1992. Estas mudanças influenciaram, de formas diferenciadas, em cada município, as lutas e o desenvolvimento das administrações petistas. Essas mudanças não só atingiram o partido mas também o comportamento daqueles vários atores políticos envolvidos nessa conquista.

O PT ganhou as eleições nos municípios de Jarú, Ouro Preto e Nova Brasilândia, na esteira de um processo de lutas e organização dos trabalhadores migrantes. Estas vitórias ocorreram em um contexto em que o governo do Estado estava nas mãos de um dos dois grupos oligárquicos que vêm se revezando no poder em Rondônia,¹¹ liderado agora pelo governador Oswaldo Pianna, eleito em 1990 por um inexpressivo partido. Este grupo procurou discriminar e hostilizar as novas administrações petistas que, aliadas a problemas políticos internos, passaram a viver uma espécie de sufoco econômico e na defensiva.

Para se ter uma idéia do tratamento dispensado pelo governo estadual às administrações de Jarú e Ouro Preto, basta examinar o que ocorreu com a destinação da energia elétrica no Estado. A maioria dos municípios era abastecida por usinas termoeletricas (motores a óleo diesel). Com a ampliação da capacidade da Usina de Samuel, em Porto Velho, foi construído o "Linhão", rede que passou a abastecer os municípios do interior. Pois bem, o Linhão simplesmente "pulou" os dois municípios governados pelo PT.

Por ocasião das eleições de 1994, o problema da relação com o governo estadual, influenciou de maneira muito forte os debates dentro do PT. Os prefeitos, principalmente, defendiam a proposta de o partido não lançar candidato a governador e fazer uma aliança com o candidato Waldir Raupp que, tendo disputado, em 1990, o 2º turno pelo PRN, estava, então, no PMDB. A idéia era contribuir para tirar do poder aquele grupo oligárquico mais hostil ao partido, pois avaliavam, pragmaticamente, que o PT não teria chances de vencer as eleições, devendo assim, se aliar com um partido de oposição.

Outro grupo era contrário a esse tipo de aliança e o debate "se configurou no primeiro racha do PT em Rondônia" (Silveira, 1996). Enfim, sob a ameaça de intervenção pelo diretório nacional, prevaleceu a posição de se lançar um candidato próprio para disputar o governo do Estado.

Como o PT não passou para o 2º turno, aí sim, a proposta de apoio a Waldir Raupp, numa aliança com o PMDB, pôde se

11. Um desses grupos é herdeiro do Cel. Jorge Teixeira (falecido recentemente), que foi nomeado governador do antigo território federal, na época da implantação do projeto de colonização, muito hostil ao PT. O outro grupo é ligado ao ex-governador Jerônimo Santana, eleito em 1986, época do Plano Cruzado, pelo PMDB. "Esses grupos antes se digladiavam, hoje se revezam no poder" (Pereira: 1997).

concretizar. Com a vitória deste no segundo turno, o PT passou a integrar o governo, ocupando vários postos dentro da administração do Estado: a Secretaria de Planejamento, da Agricultura, da Educação e cargos no Departamento de Estradas de Rodagem, na Cia. de Processamento de Dados, entre outros. Com isso, aquele "sufoco" por que passava as administrações petistas foi amenizado.

Mas essa aliança durou pouco tempo, ou seja, até o massacre dos trabalhadores rurais sem-terra, em Corumbiara, por policiais pressionados pelos latifundiários. O PT rompeu e saiu do governo, "onde nunca deveria ter estado" segundo uns, mas cuja "experiência de ocupar postos no Estado foi válida", segundo outros.

Em Jarú, o governo municipal e o partido se afundaram numa crise política logo no início da administração, motivada pela demissão do vice-prefeito, Marcos Antonio. Este havia sido, de 1989 a 1992, vereador pelo PT e um dos principais responsáveis pela cassação do mandato do prefeito anterior, por corrupção. As denúncias de Marcos Antonio, fizeram nascer um vigoroso movimento denominado "Movimento pró-Jarú", que em 1990 levou milhares de pessoas às ruas e propiciou ao PT se lançar como alternativa de fato ao governo municipal.

O vice-prefeito ocupou, nos três primeiros meses da nova administração, o cargo de secretário de Administração e Finanças. Sua demissão, por divergências com os encaminhamentos dados pelo prefeito no gerenciamento da prefeitura, ocasionou um profundo mal-estar dentro do governo e dentro do partido, que havia referendado o nome dos secretários a partir de discussões em plenárias. Um ano depois, sem solução à vista para a crise, Marcos se desfilou do PT, partindo para a oposição aberta ao prefeito, Ruy Zimmer, acusando-o inclusive de corrupção, o que, aliás o prefeito orgulha-se ao dizer que nunca houve em sua administração.

Este e outros problemas decorrentes dele, levaram a administração à permanecer na defensiva política o tempo inteiro, fechando-se em si mesma. Apesar do investimento que se fez na educação e na construção de pontes na área rural, inexistiram iniciativas para incentivar a participação popular. Várias vezes a Câmara Municipal se movimentou no sentido de cassar o mandato do prefeito, instaurando-se em Jarú um verdadeiro clima de guerra. O prefeito conseguiu bloquear estas iniciativas na Justiça, tendo como apoio popular o nascente Movimento dos Sem-Terra. Em todo caso, o partido perdeu força, não conseguindo, por exemplo, reeleger na eleição de 1994 o deputado estadual da cidade. Nas

eleições de 1996, o PT obteve, para prefeito, apenas 2.800 votos, menos da metade dos que obtivera em 1992.

Em Ouro Preto, após a crise de Corumbiara, o prefeito, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, militante da Igreja Católica na Comissão Pastoral da Terra e ex-deputado estadual pelo PT, Agmar Piau, aproveitou a ocasião para sair do PT. Arrastou consigo a então deputada estadual, eleita em 94, Maria do Rosário e, posteriormente, ambos se filiaram ao PSDB. Mas o real motivo, segundo o vereador do PT daquela localidade, José Martins, foi a "deterioração das relações entre o prefeito e o partido" no nível local (Martins, 1996). Os membros do partido alegavam que Piau não ouvia os militantes, nomeando, por exemplo, secretários que não tinham ligação com o PT. Além disso, "as medidas implementadas pela administração eram totalmente discrepantes daquelas contidas no programa de governo", amplamente divulgado pelo partido durante a campanha eleitoral e nisso, segundo o vereador, os petistas da cidade eram zelosos. O vice-prefeito, Zinho Arrabal, permaneceu no PT, concorreu à prefeitura em 96, perdendo para o candidato do PMDB por uma pequena margem de votos. A candidata do prefeito, Maria do Rosário, teve uma pequena votação. Um fim trágico teve o prefeito Piau: afundado em denúncias de corrupção, foi encontrado morto em seu carro capotado na BR-364, no último mês de dezembro, com um tiro no pescoço, indícios de que pode ter cometido suicídio.

A situação em Nova Brasilândia foi diferente das outras duas. O prefeito, Juarez, ex-vereador do PT na cidade, conseguiu realizar uma gestão relativamente tranqüila. Implementou um conselho popular, com diversos segmentos da sociedade local. Sua administração conseguiu realizar alguns "avanços" no campo da saúde e da educação. Não houve maiores problemas na relação com o partido. Apesar disso, não fez o sucessor na eleição de 1996, "pois não conseguiu transformar em votos para o candidato do PT o bom desempenho de sua administração" (Pereira, 1997).

Os acontecimentos de Jarú e Ouro Preto afetaram a relação da Igreja Católica com o PT. Os prefeitos eleitos e mesmo a instância do partido, com excessão de Juarez em Nova Brasilândia, não mantiveram um canal de diálogo com os membros da igreja e um distanciamento entre as duas partes foi acontecendo. Em Jarú, "a assembléia paroquial chegou a se reunir para decidir se rompia suas relações com o prefeito" (Neumar, 1996).

De sua parte, a Igreja também assume uma parcela de responsabilidade. Para d. Possamai, "a Igreja colaborou na eleição

de cristãos para cargos políticos e depois não conseguiu fazer um trabalho de acompanhamento dos mesmos” (Possamai, 1996). Em todo o caso, continua incentivando as reuniões e organizando os cursos da pastoral política, na linha da Teologia da Libertação, bem como o trabalho de organização das CEBs.

Os sindicatos dos trabalhadores rurais continuam sendo formadores de quadros, mas sem aquele “brilho de antes”. Com o incentivo deles, surgiram nos municípios inúmeras “associações de produtores rurais”, com o objetivo de obterem crédito e apoio para a produção. E surgiu também o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, já com uma dissidência no Estado, evidenciada após o massacre de 1995, que é o “Movimento Camponês de Corumbiara”.¹²

Tentando concluir

Administrar uma parcela do Estado, como é o caso de uma prefeitura municipal, tendo como horizonte politizar os trabalhadores e avançar na disputa pelo poder e construir uma contra-hegemonia na sociedade, ainda se constitui num grande desafio para a esquerda. Seria simplista apenas afirmar que, nas experiências citadas acima, o PT não se deu bem ou mesmo que fracassou. Nestes últimos anos, tanto do ponto de vista político, quanto do econômico, Rondônia viveu e vive em constante mutação, por causa da intensidade das transformações ali ocorridas: migração intensa; inchaço das cidades; exploração predatória dos recursos como a madeira ainda existem — hoje as madeireiras estão se transferindo para outras áreas como a região de Buritis; reconcentração da propriedade da terra; esgotamento de um tipo de programa de desenvolvimento e implantação de outro;¹³ milhares de camponeses sem terra. Estes assuntos exigem um constante posicionamento e intervenção dos militantes e dirigentes. Por outro lado, nas eleições de 1996, o PT cresceu em termos numéricos: conquistou novas 4 prefeituras — Cabixi, São Miguel, São Felipe e Cujubim, e elegeu o vice em outras 3 — Buritis, Pimenta Bueno e Campo Novo. Além disso, ampliou sua presença no Estado, estando organizado em 49 dos 51 municípios, com vereadores (46 ao todo) em 31 deles.

Não há possibilidades, aqui, de discutir os “erros políticos” cometidos durante as gestões municipais. Isto é necessário e importante, só que é um processo complexo e demorado. Mas, há questões que a derrota eleitoral naqueles três municípios evidenciaram: o PT e suas organizações aliadas têm uma boa

12. Dados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Rondônia (Fetagro), apontam o número de 40 mil famílias de sem-terra no Estado.

13. O Banco Mundial voltou a financiar um outro programa, desta vez denominado Planaflo, cujo contrato foi assinado em 1991 com o valor de US\$ 237 milhões, “com o objetivo de tentar conciliar desenvolvimento econômico da região com a preservação ambiental” (ALMEIDA, 1996:90-96).

inserção na zona rural, onde conhecem os problemas e suas possíveis soluções. Porém, na zona urbana, que cresceu e trouxe consigo novas demandas, a inserção do partido é baixa. Em termos de organização, há dificuldades de acompanhamento (e mesmo de relacionamento) da instância estadual em relação ao que acontece nas instâncias municipais, agravadas pelas distâncias físicas e dificuldades de locomoção¹⁴ e a baixa qualificação técnica dos quadros do partido nesses municípios. Além desses, há um outro conjunto de questões fundamentais que o partido precisaria enfrentar, buscando uma melhor compreensão da realidade e das formas de atuar sobre ela. Trata-se da problemática do poder, ou seja, saber distinguir e como lidar com as reais esferas de poder, o poder político propriamente dito e o poder político local, o que confunde a maioria dos militantes, dirigentes e tantos outros, fazendo com que não percebam os limites da ação do governo municipal e os instrumentos adequados para o seu enfrentamento. No ideológico, há que se descobrir formas de enfrentar, por exemplo, o “mito do progresso”, que impele os trabalhadores a aderirem às políticas, projetos e modos de vida de cunho capitalista das classes dominantes, contrários à visão de desenvolvimento do PT e seus aliados.¹⁵

Estes e todos os outros problemas elencados no decorrer do texto, que atingem em cheio a vida dos trabalhadores, não aparecem somente no Estado de Rondônia, mas também nos municípios administrados pela esquerda no Acre, no Amazonas, em Roraima, no Mato Grosso e no Pará. São questões que desafiam o PT e também todas as forças sociais interessadas em construir um outro tipo de projeto de desenvolvimento, que inclua de verdade os trabalhadores na vida política e social deste país.

A meu ver, a transparência profunda na gestão administrativa e a implementação de meios para democratizar as decisões e para o controle público da máquina administrativa ainda continuam sendo um bom caminho, não o único. Um caminho que pode não resolver todos os problemas, mas um caminho necessário.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. e RODRIGUES, J. (1996). “Rondônia Ecológica”. *Isto É*, 1.374: 90-96.

BASSEGIO, Luiz e PERDIGÃO, Francinete. (1992). *Migrantes Amazônicos — Rondônia: a trajetória da ilusão*. São Paulo, Loyola.

14. Isso ficou claro nas tentativas do Diretório Estadual encaminhar soluções para as crises políticas ocorridas em Jarú e Ouro Preto, quando as instâncias do partido e mesmo os prefeitos daqueles municípios “viam isso como ingerência” (Pereira, 1997).

15. Uma análise crítica do “mito do progresso” pode ser encontrada no artigo de Vallejo, quando este cita inclusive o impacto cultural do mesmo em populações de vilarejos de Rondônia (Vallejo, 1988:77-87).

- BERGAMASCO, Sonia M. e NORDER, Luis A. Cabello. (1996). *O que são assentamentos rurais*. São Paulo, Brasiliense.
- DAMIANI, Amélia Luisa. (1993). *A cidade (des)ordenada*. Tese de doutorado apresentada na USP.
- GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. (1989). *Prá que PT. Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez.
- GALETTA, Ricardo. (1986). *Pastoral popular e política partidária*. São Paulo, Paulinas.
- IANNI, Octávio. (1979). "O trabalhador rural em busca de terra". *Encontros com a Civilização Brasileira*, 11: 89-100.
- IANNI, Octávio. (1981). *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- KECK, Margareth E. (1991). *A lógica da diferença*. São Paulo, Ática.
- LOPES, Bernardo Liro. (1989). "Nuvens escuras ao norte". *Teoria e debate*, 05: 23-25.
- MARTINS, José. (1996). Vereador de Ouro Preto D'Oeste. Depoimento oral.
- Ministério do Interior. (1977). *Rondônia: o problema das migrações*. Brasília.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. (1991). *Integrar para (não) entregar — políticas públicas e Amazônia*. São Paulo, Papius.
- PEREIRA, Daniel. (1997). Deputado estadual (PT/RO). Depoimento oral.
- POSSAMAI, d. Antonio. (1996). Bispo de Ji-Paraná. Depoimento oral.
- SANCHES, Valdir. (04/01/1977). "Os novos Colonos". *Jornal da Tarde*, 1977:16.
- SILVEIRA, José Neumar. (1996). Dirigente estadual do PT/ RO. Depoimento oral.
- VALLEJO, Luis Renato. (1988). "Ecodesenvolvimento e o mito do progresso". *Geografia e lutas sociais/A.G.B.*, 4: 77-87.